

## A emigração nos Açores nos séculos XIX e XX - a necessidade, a solução, a valorização -

**Autor(a):** Gilberta Pavão Nunes Rocha | **Saiba mais sobre o(a) autor(a)**

**Tema:** Geografia / Demografia

**Subtema:** Emigração

**Referência geográfica do conteúdo:** Ponta Delgada, Portugal

**Data de publicação:** 29/11/2008

**Referência da Primeira Publicação:**

Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente, Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal, Vol. II, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses/Universidade dos Açores, 2001.pp. 73, 90

**Línguas disponíveis:** Português

### RESUMO

Apresentamos, numa óptica diacronicamente abrangente - cerca de século e meio (de 1869 a 1991) - , a posição sobre o fenómeno emigratório de algumas personalidades com responsabilidades na vida social açoriana. Distingue-os não só as diversas épocas e consequentes contextos sociais, como os respectivos enquadramentos na estrutura política e social e o carácter individual do seu pensamento.

### CONTEÚDO

*"a emigração colectiva no seu generico sentido, como quasi todas as cousas, nem é absolutamente um mal nem absolutamente um bem. Pode ser um bem ou um mal, conforme as condições em que se effectua, as causas de que provem e os efeitos que produz"*<sup>1</sup>

Mendes Leal

A complexidade do fenómeno emigratório é um facto generalizadamente reconhecido já que nele actuam estratégias de ordem individual e familiar balizadas em contextos geográficos, económicos, sociais, políticos e culturais específicos. Referimo-nos ainda assim à denominada emigração livre, independentemente de nela poderem existir condicionantes ou constrangimentos nos países de origem ou de acolhimento, nomeadamente nestes últimos. De fora deste conceito ficam obviamente todas as deslocções populacionais, de maior ou menor intensidade, de distâncias igualmente variáveis, resultantes de perseguições políticas, religiosas ou de guerra declarada, que surgem com alguma permanência, ainda que de forma descontínua, ao longo dos séculos e que o momento presente mais uma vez confirma.

A sua valorização, entendida como um bem ou como um mal, é assim normalmente perspectivada nas suas causas e efeitos sociais e não propriamente como atitude normativa respeitante ao direito individual na procura de uma melhor qualidade de vida e desejo de ascensão social. Mas mesmo as causas e os efeitos são ainda múltiplos e diversos, dependentes não só dos contextos particulares em que a emigração se insere, mas também das mentalidades prevalecentes, dos actores sociais que sobre ela actuam e se pronunciam, dos seus interesses e posicionamento na estrutura económica, social e política.

Não pretendemos, nem podemos, assim, dar conta da cabal compreensão deste fenómeno que reputamos da maior importância para o conhecimento da sociedade açoriana. Noutras ocasiões tivemos oportunidade de tratar, principalmente para este século, da sua quantificação global, por níveis etários e género; os seus efeitos tanto na estrutura demográfica como nas outras variáveis responsáveis pela dinâmica populacional, designadamente a nupcialidade e a natalidade; a sua importância no desenvolvimento equilibrado das várias ilhas do arquipélago no final da presente centúria.<sup>2</sup>

Nesta comunicação, de objectivos bem mais modestos, optámos por apresentar, numa óptica diacronicamente abrangente - cerca de século e meio (de 1869 a 1991) - , a posição sobre o fenómeno emigratório de algumas personalidades com responsabilidades na vida comunitária açoriana. Distingue-os não só as diversas épocas e consequentes contextos sociais, como os respectivos enquadramentos na estrutura política e social e o carácter individual do seu pensamento. As citações não reflectem ainda a globalidade das reflexões emitidas. Pensamos, todavia, que elas são, de algum modo, representativas do modo como viam e pretendiam solucionar os constrangimentos vividos nos Açores e a sua interligação ao fenómeno emigratório. E, sem dúvida, uma apresentação, não a considero propriamente uma reflexão, parcelar, limitada, que quero partilhar convosco, e cujos comentários (assim o espero) valerão bem mais do que a própria comunicação.

Entre 1866 e 1997, o número de emigrantes açorianos ronda os 440 000, cerca 100 000 no século XIX e 340 000 no século XX. Entre 1866 e 1880, a média anual é ligeiramente inferior a 2 000 pessoas, quantitativo que passa para cerca de 3 700 entre 1880 e 1890 e de 3 900 desta última data até ao final de oitocentos. Nos primeiros 20 anos deste século a média anual de saídas cifra-se nos 4 700 emigrantes.

Os quantitativos são bem distintos entre 1924 e 1951, como todos sabemos, da ordem dos 12 700 para o conjunto do período, com uma média anual da sensivelmente 450 pessoas. A situação vai-se alterando ao longo da década de cinquenta e princípio de sessenta, nas quais a emigração ultrapassa no conjunto dos anos as 50 000 pessoas, o que determina uma média de mais de 3 800 por ano, valor ligeiramente inferior ao que encontramos no início destes século e muito próximo do que se verificava nas duas últimas décadas de oitocentos.

Nos dez anos seguintes - 1966 a 1975- o volume emigratório atinge o seu valor mais alto, com uma saída anual da ordem das 10 800 pessoas, um total de cerca de 108 000 emigrantes. Entre 1976 e 1990 saíram dos arquipélago cerca de 45 000 emigrantes, menos de 3 000 por ano, quantitativo que é bastante influenciado pelos valores correspondentes aos finais dos anos setenta, da ordem dos 5 000, já que na década de oitenta o volume emigratório se cifra normalmente abaixo das 2 000 pessoas, embora em alguns anos o valor ultrapasse as 3 000. A partir de 1991, mais concretamente entre 1991 e 1997, o valor total da emigração é de 5 306 pessoas, sendo a média de saídas de 758, valor que ns últimos anos ronda os 400 emigrantes.

Apesar das diferenças anuais pensamos que é legítimo considerar três grandes períodos que se apresentam distintos, não só no que respeita ao fluxo emigratório, e consideramos unicamente os emigrantes oficiais - sem atender portanto a qualquer estimativa da emigração clandestina -, mas também na sua configuração política, económica e social.

Para o primeiro período, que abrange sensivelmente 50 anos (três décadas do século XIX e duas do século XX) consideramos unicamente opiniões apresentadas nos Relatórios de Administração dos Governos Cívicos de Ponta Delgada, nos anos de 1869 e 1872, nas palavras de Vicente Machado Faria e Maia e do Conde da Praia da Vitória, respectivamente, e da Horta no ano de 1877, subscrito pelo Visconde de Castilho e ainda as palavras de Gil Mont'Alverne de Sequeira em 1891,

compilada nas Questões Açorianas, que passamos a citar.

Em 1869, Vicente Machado de Faria e Maia, escrevia no citado relatório:

*"Nas actuaes circumstancias d'este districto, é de esperar que a emigração augmente. A depreciação da nossa laranja no mercado da Inglaterra faz diminuir tanto os trabalhos ruraes, que esta cauza só por si é sufficiente para augmentar a emigração..."*

*Instrucção publica, bancos agrícolas, caixas economicas, novas leis de recrutamento, boa viação publica, construção de portos, liberdade de commercio, da industria e do municipio, são os verdadeiros elementos, com que augmentando-se as riquezas publicas, se pode combater a emigração dos povos destas ilhas.*

*Por outra forma não creio conveniente obstar á emigração dos povos d'este districto, que naturalmente só abandonam a sua patria, quando ella lhes não offerece os recursos indispensaveis."* 3

Três anos depois, o Conde da Praia da Victoria, manifesta-se também pela actualidade do tema. Destacamos a seguinte parte destacámos parte da sua reflexão:

*"Eis um assumpto que hoje é da ordem do dia, que está preocupando seriamente os que se dedicam aos negocios d'este paiz... primeiramente a emigração é um facto natural, que se tem repetido em todos os tempos e dado entre todos os povos; em segundo lugar, ella reveste ás vezes a forma de um facto excepcional, cuja manifestação corresponde a profundas alterações na vida normal dos povos. Quasi sempre o excesso de população determina a primeira, e o transtorno da vida politica ou economica origina a Segunda d'estas manifestações do povo para o abandono da sua patria e do seu lar. Demonstra-o a historia, confirma-o a observação..."*

*Um dos primeiros symptomas que a emigração denota é o excesso de população, não no sentido vulgar de não haver já lugar no paiz para mais gente, - mas no sentido altamente significativo em economia social de que um dado paiz já não offerece os recursos necessarios para a subsistencia de mais do que certa população."* 4

Cinco anos depois, em 1877, e tendo um enquadramento um pouco distinto, já que não respeita ao distrito de Ponta Delgada mas ao da Horta, o Visconde de Castilho faz a seguinte apreciação:

*"Ha uma questão, para alguns séria entre todas, que preocupa notavelmente os espiritos n 'estas ilhas: a emigração...Mas francamente: que ha de estranhavel n 'esta nossa emigração? Como não seria assim n 'um archipelago cujas forças todas ainda não poderam ser aproveitadas em cheio, n 'um archipelago afastado sim do trato dos homens, mas intermedio entre dois mundos, e como fluctuando entre os dois mais ricos e nobres continentes do globo?..."*

*Era maravilha que os filhos d'estes rochedos não emigrassem, quando contemplamos em volta de nós essa tentação constante que se chama o mar.*

*N'aquelles horisontes marinhos ha o que quer que seja de convidativo para o espirito, ha a attracção do desconhecido; e d'entre as brumas luminosas de um sol poente sobre o mar sorriem a estes bons insulanos, filhos de peninsulares, todas as opulências do possível..."*

*O que entretanto me parece poder affirmar-se é que a emigração augmentou pelo anarchico estado do governo das ilhas."* 5

Como forma de resolução sintetiza os seguintes pontos:

*"1º - A protecção, o aperfeiçoamento, o maior ambito das pequenas industrias locais do districto*

*2º - A diffusão da instrucção popular..."*

*3º A creação de pequenas bibliotecas ruraes domiciliarias*

*4º - A fundação de bancos ruraes*

*5º Q arroteamento dos baldios*

*6º - Alguma modificação no sistema actual do recrutamento nas ilha"* 6

Independentemente da forma, mais crua num caso e mais poética noutra, a emigração é tida já como uma realidade, realidade que se justifica nas dificuldades de ordem económica e que só pode ser combatida pela alteração daquela situação, fundamentalmente através da dinamização da actividade produtiva e até da elevação do nível educacional, propiciador do desenvolvimento e da qualidade de vida da população destas ilhas. Cremos que em todas, com maior ou menor ênfase se pode subentender uma vontade de estancar a própria emigração, relevando-se, todavia, a liberdade individual na busca de uma melhoria da sua situação económica.

A questão demográfica é tida, fundamentalmente, como consequência dos problemas de ordem económica e política, embora a pressão demográfica por si só seja também entendida como factor propiciador de saídas, designadamente através da emigração. Neste último caso é considerada como fenómeno normal e que encontra justificação na sua permanência secular, permanência que se perde na história dos povos.

Ainda é, porventura, cedo para se perspectivar as suas consequências de longo prazo e para os seus autores muitos terão sido os problemas que requeriam uma resolução de curto prazo, se possível imediata.

Se nas citações anteriores se procura fundamentalmente entender e explicitar as causas da emigração, causas onde predominam os factores de ordem económica, e se aponte também formas de resolução, já em Mont 'Alverne de Sequeira, em 1891, a tónica é dada não só nas causas mas também nas consequências, consequências económicas por razões de ordem política.

*"Efeito de causas múltiplas, produto de factores diferentes, a emigração açoriana começou por ser um cano de esgoto social para se transformar depois na mais terrível hemorragia do nosso organismo económico*

*Os governos, conscios de que era providencial essa válvula de segurança da proliferação açórica, dormiam tranquiços e apáticos, não percebendo que as nossas ilhas se esvaíam enquanto os ministros se espreguiçavam"* 7

E mais à frente segue:

*"Pois se os ministros tratassem menos de engordar os altos funcionários e mais de fomentar o trabalho e a riqueza da nação, se cogitassem menos do "anichamento" de imbecis, que lhes bejam, as patas, e mais do progresso e das economias do país, nem a emigração teria chegado a ser uma calam idade, nem estaríamos empenhados vergonhosamente, nem a bancarrota estaria a fazer fosquinhas às portas do ministério da fazenda"* 8

Reconhecendo em alguns casos as limitações de ordem física, geográfica, ainda assim considera que a situação tem de ser resolvida e a sua resolução é de ordem política.

*"Numa ou noutra ilha do arquipélago a exiguidade dos meios de subsistência é o factor principal do seu despovoamento. Aos governos compete atacar de frente este mal, promovendo melhoramentos materiais, que sirvam de empregos braços desocupados e que seja de futuro uma fonte de receita para o estado".* 9

A questão demográfica por si só não é posta como solução. Ela resulta de factores de ordem económica e estes de um mau governo. Mais, os efeitos de ordem demográfica são considerados perversos para o próprio desenvolvimento económico. Tanto quanto sabemos passar-se-ão muito anos, quase um século, para que este aspecto possa ser, ainda que de um modo diferente, novamente aduzido.

Independentemente, se é que no caso se pode utilizar tal termo, das motivações que levaram o autor a pronunciar-se nos termos acima citados, e independentemente - agora sim - do tom panfletário da sua escrita, pensamos ser de realçar a tónica dada não tanto as causas mas as consequências da emigração. Consequências que dificultam o desenvolvimento da sociedade açoriana. De resto, neste período já o fluxo emigratório atinge níveis consideráveis, como inicialmente referimos.

No que respeita ao segundo período, que vai sensivelmente de meados dos anos vinte até meados dos anos cinquenta,

décadas em que a emigração é quase inexistente, e em que o contexto político sofre uma alteração substancial, seleccionamos um conjunto de referências respeitantes aos anos de 1938, 1941, 1950 e 1952, época em que o Estado Novo está consolidado e estabilizado.

Nestes anos o volume populacional do arquipélago tinha tido um acréscimo considerável, facto que com maior ou menor intensidade respeita a todas as ilhas do arquipélago. Tal como no período anterior as alterações na dinâmica demográfica dependem quase que exclusivamente da mobilidade, em particular da emigração, da sua existência ou inexistência, já que as mudanças na mortalidade e na natalidade são insignificantes e os seus efeitos na dimensão e estrutura demográfica muito diluídos. De resto, mais do que no período anterior, e para contrapor tendências já observadas noutros países, se faz um apelo ao aumento da natalidade, entendido como factor propiciador da estabilidade familiar, da conservação dos propagandeados valores tradicionais do nosso povo.

Assim, e ainda, a exclusiva importância da mobilidade, da emigração, agora no seu sentido inverso, ou seja, a sua inexistência ou reduzida dimensão. Escolhemos dois excertos de comunicações apresentadas no 1.º Congresso Açoreano em 1938, da responsabilidade de Armando Narciso e da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo; de um artigo de Luís da Silva Ribeiro no Correio dos Açores em 1941; da conferência de José Bruno Carreiro "A autonomia administrativa dos distritos das ilhas adjacentes", trabalho lido na sessão da 1.ª Conferência da Administração Pública Distrital, realizada em 10 de Maio de 1950 e do livro "Os excedentes demográficos" de Armando Cândido em 1952.

No que respeita às comunicações apresentadas 1.º Congresso Açoreano e citando Armando Narciso:

*"O factor geográfico determinante da emigração nos Açores é como em quase toda a parte, o aumento da população e a impossibilidade de aumentar o espaço cultivável.*

*E provável que também haja um pouco de espírito de aventura na emigração açoreana, mas ela não é a principal determinante do fenómeno."* 10

Quanto à intervenção da responsabilidade da Câmara de Angra ela pode se sintetizada nas suas próprias conclusões, onde se lê:

em resumo:

1º - *Que a emigração é um fenómeno demográfico normal nos Açores*

2º - *Que a sua cessação traz perturbações graves à economia insular;*

3º - *Que o destino mais conveniente da corrente emigratória é a América do Norte*

4º - *Que urge providenciar no sentido de restabelecer a saída de gente do arquipélago, diligenciando-se obter a permissão da entrada de açoreanos nos Estados Unidos;*

5º - *Que essas diligências deverão ser feitas perante as estações oficiais portuguesas e americanas, directamente por via diplomática, e indirectamente por intermédio da nossa colónia naquele país."* 11

A emigração, mais especificamente a sua inexistência, como causa dos males e como solução dos problemas, nomeadamente dos problemas económicos sociais, surge assim como a tônica dominante e quase que exclusiva, facto que nos parece bastante explícito em Luís da Silva Ribeiro e mesmo em José Bruno Carreiro, nos excertos que a seguir aoresentamos:

Em Luís da Silva Ribeiro

*"Ninguém hoje, por certo, reeditará nas ilhas velhos e obsoletos argumentos contra a emigração, nem soltará de novo ridículos e lamuriantes elegias sobre o depauperamento da nossa economia pela saída de braços. Os factos com todo o seu poder de convicção, a triste experiência de duas dezenas de anos durante os quais praticamente a emigração se não deu, devem ter sido bastantes para demonstrar que ela é um fenómeno demográfico normal e absolutamente indispensável à nossa vida, por ser útil sob todos os aspectos desde o equilíbrio populacional à sua benéfica repercussão na balança económica."* 12

Em José Bruno Carreiro

*"E neste distrito que em Portugal ocupa o segundo lugar (o primeiro, e bem mais alto, cabe à Madeira) na densidade da população, cerca de 200 habitantes por quilómetro quadrado (no Continente a densidade é inferior a 90); com a população cada vez mais comprimida, aumentando sempre à razão de mais de 2 500 por ano e, por falta de trabalho, aumentando correlativamente a miséria, a doença, e o mal-estar; com a emigração reduzida, muito longe dos números atingidos quando mantinha o equilíbrio da vida micaelense, - só perspectivas sombrias se levantam, criando bem justos receios de novas situações e novos problemas sociais, já hoje muito graves, cuja gravidade de dia para dia aumenta - quem não a não sente e a não observa?"* 13

No que respeita ao livro de Armando Cândido, que compila temas apresentados à Assembleia Nacional, não podemos deixar de sublinhar que é um estudo extremamente cuidadoso, e até pormenorizado, em termos demográficos, e mesmo económicos, no qual se reflecte o conhecimento de estudos e autores fundamentais da ciência demográfica, como Landry ou Alfred Sauvy e que não encontra paralelo a nenhuma das opiniões e trabalhos anteriormente referidos. Não nos podemos esquecer que na época a Demografia já se tinha afirmado internacionalmente na conceptualização do seu objecto de estudo e na sua diversificação teórica.

No entanto, parece-nos que o fundamental para o tema que estamos a tratar pode ser sintetizado nos parágrafos que escolhemos e que passamos de imediato a citar:

*"Referi o excesso populacional micaelense como determinante da vida penosa da massa rural da ilha de S. Miguel e tive o cuidado de declarar que, embora o factor gente a mais esteja a dar sinal de si nas restantes ilhas do arquipélago, a situação só é aflitiva em S. Miguel."* 14

*"...darei que não considero o emigrante como elemento perdido ou desperdiçado, desde que se lhe não falte com o carinho e a lembrança constante da Mãe-Pátria..."*

*O emigrante que se instala no estrangeiro constitui a melhor das propagandas, gratuita, viva, permanente...*

*De momento, sem o recurso da emigração, não podemos arrumar satisfatoriamente os nossos saldos populacionais, em especial os do Minho, Açores e Madeira.*

*Mais tarde, e por redução gradual, seria possível dispensar a emigração como processo de escoamento, mas, quando assim pudesse vir a acontecer, além das razões históricas e políticas já enumeradas, acima da maior facilidade na regularização dos salários ... restariam as conveniências económicas, traduzidas no somatório, em dinheiro, que o emigrante amealha e remete ou traz para a Mãe-Pátria, e no volume, em comércio, que ele desperta e anima, continuando a pedir os produtos nacionais e dando conhecimento desses produtos no meio em que passou e vive...*

*O certo é que o problema não pode ser visto com exclusivismos de visão:*

*nem só a migração dentro das províncias de além-mar; que culmina num intenso aproveitamento do território, nem só migração para os espaços de além-mar, nem só na emigração."* 15

*"Brasil e América do Norte, os dois grandes e únicos destinos da nossa emigração - tudo o mais é sangue perdido"* 16

Das citações que acabámos de apresentar para este período, tal como no anterior, muito haveria e há para dizer, além da sua necessária inserção nos respectivos contextos sociais. Não o poderíamos fazer nesta comunicação, nem é este o nosso objectivo. De resto, nem temos a pretensão de conhecer esta época, como outras, da nossa História, da qual temos meramente uma apaixonada curiosidade.

Parece-nos, todavia, que é de sublinhar a relevância dada à emigração, e à mobilidade em geral, como solução, quase que poderíamos dizer a solução, sublinhando-se os seus efeitos positivos em termos económicos, sociais, e até políticos. Mais, ela é apontada como a principal causa (normal) dos problemas de uma sociedade que não se quer questionada e muito menos alterada. A população emigrante, deve servir os interesses da organização que se quer do país (do estado, de um grupo social) e não é o país (o estado) que se deve organizar para dar condições à sua população.

Além de solução para a falta de emprego e consequentes distúrbios sociais, a emigração é lucro, não tem despesas, só receitas. E propaganda gratuita com conveniências económicas, conveniências nas remessas em dinheiro que envia e no comércio que anima.

Algumas destas ideias, nomeadamente as vantagens da emigração no que respeita o envio de dinheiro e como forma de consolidar a nossa presença nas colónias, estão também presentes em alguns dos autores citados, e não só, do primeiro período. Cremos que de uma forma mais diluída, mas, e principalmente, em consonância ou simultaneidade com uma análise das deficiências económicas, sociais e políticas da nossa sociedade. A emigração foi então apresentada como uma solução para problemas societários de ordem estrutural ou conjuntural, com efeitos positivos e negativos. Apontavam-se as causas e estas não eram só, nem preponderantemente, de natureza demográfica. Em meados deste século a demografia (o chamado excesso demográfico) é considerada a principal causa dos problemas, a emigração a mais benéfica solução, com efeitos recomendáveis nas diversas vertentes da vida social e nacional.

Para o terceiro e último período, que vai de 1976 até aos nossos dias, seleccionamos excertos de comunicações apresentadas nos I, II e III Congressos das Comunidades Açorianas, realizados, respectivamente, em 1978, 1986 e 1991 e de um livro de João Alpalhão e Vítor Pereira da Rosa, de 1983.

1978 - Emiliano Carneiro

*"De toda a maneira, somos levados à conclusão de que, inseridos numa Comunidade de Açorianos mais vasta e implantada em Países ou Regiões altamente evoluídos, os Açores mais facilmente poderão atingir o grau de desenvolvimento que naturalmente pretendem alcançar.*

*Numa base de esforço conjunto, muito poderá ser feito para o desenvolvimento de qualquer comunidade, nomeadamente da que habita nos Açores.*

*Interessando a agricultura, podemos enunciar diversos aspectos tais como*

- O apoio científico, técnico e de formação profissional
- O conhecimento das exigências dos mercados;
- O fomento das exportações;
- A implantação de novas indústrias alimentares, capazes de melhor valorizarem os produtos da nossa Agricultura;
- A informação actualizada dos preços,
- A informação das inovações técnicas da produção, de possível aplicação regional e susceptíveis de reduzir os custos e valorizar essa produção levando-a a corresponder às exigências dos mercados;
- A modernização dos processos de empacotamento e embalagem;
- A colocação dos produtos de exportação nos principais mercados por meio dos modernos processos de marketing". 17

1981 - Plano a Médio Prazo (1981-1984), nas suas grandes opções, citado por Carlos Bedo " 10 Anos de Autonomia Comunidades de Emigrantes" in II Congresso das Comunidades Açorianas, pp 372,373

*"Estabilizar a população açoriana, nomeadamente através da satisfação das necessidades básicas da população", sendo especificamente referido como um dos principais objectivos - "Estabilizar a evolução demográfica açoriana, criando condições para a fixação da população, nomeadamente através da construção de infra-estruturas sociais e económicas". 18*

Relativamente à emigração portuguesa, e não especificamente açoriana- 1983 -João A. Alpalhão e Vítor Pereira da Rosa

*"A mudança política operada em Portugal, com a instauração da Segunda República, não contribuiu ainda até ao presente para estancar a hemorragia da emigração. Se esta vem diminuindo ultimamente, deve-se aos limites impostos pelos países importadores de mão de obra. Por outro lado, a nova situação está longe de convencer as massas de emigrantes a retornar a Portugal" 19*

*Relativamente a Portugal, uma das consequências imediatas recai no domínio da demografia. Há que atender não só à diminuição da população em certas regiões, mas também ao desequilíbrio na pirâmide geográfica e às implicações sociais inerentes. Este desequilíbrio reflecte-se particularmente na taxa de matrimónios e, por consequência, na natalidade. O envelhecimento verificado na referida pirâmide etária é outra resultante evidente. O grupo etário dos vinte aos trinta e quatro anos constitui o grosso dos emigrantes portugueses. Daí se podendo concluir a redução da população activa em Portugal e o envelhecimento notório da população portuguesa. Este fenómeno representa uma alteração na estrutura da população, não só no aspecto quantitativo mas também qualitativo" 20*

1986 - Mário José Amaral Fortuna, " O impacto da emigração na economia açoriana", in II Congresso das Comunidades Açorianas p.24, 426

*"Quaisquer que sejam as razões de fundo que levaram à situação actual, o facto é que foi a emigração que funcionou como autêntica válvula de escape evitando os problemas sociais que surgiram no meio de uma economia incapaz de dar resposta às necessidades de emprego daqueles que iam sendo libertos de um sector primário em mudança. Mas à parte este benefício que nos vem pela negativa, podemos apontar os seguintes:*

1. O escoamento de produtos açorianos para o agora chamado "mercado da saudade "
2. As remessas dos emigrantes quer para auxílio dos familiares que ficaram quer para aplicação em contas bancárias e em imóveis
3. O retorno de emigrantes com a consequente infusão nos Açores de novas ideias e em alguns casos de novas iniciativas económicas.21

*"Em conclusão, não nos restam dúvidas de que o emigrante açoriano, quer no seu local de destino quer nas suas visitas, quer quando volta, assume significativa na economia destas pequenas parcelas". 22*

1991 - José Manuel Rosa Nunes

*"Permitiu-se assim uma verdadeira sangria no que de melhor a Região possuía, tendo apenas e para cúmulo como factores condicionantes desta saída, não as leis de repulsão mas sim as leis do país de acolhimento que, ao sabor das suas necessidades de mão-de-obra e das suas crises internas, aumentava ou diminuía as restrições à entrada de emigrantes Os ganhos foram para esses países... Para trás ficou uma região... As implicações negativas das saídas das fortes correntes migratórias fazem-se no entanto sentir na Região, de um modo directo no espaço temporal imediato mas também numa perspectiva de longo prazo*

*A curto prazo e para não referir outros factores, são as baixas verificadas no número de efectivos populacionais e de mão-de-obra da região, principalmente das zonas mais rurais...*

*A longo prazo a situação é bastante mais grave. Criadas que foram as situações de despovoamento em determinadas zonas rurais ou mesmo em certas ilhas menos urbanizadas, os reflexos de saída de uma população em idade de procriação e laboração acentuam-se.*

*Torna-se, pois, necessário e urgente redefinir a política integrada de desenvolvimento insular, tendo em conta que uma das variáveis condicionantes da mesma é sem dúvida a política demográfica regional insular". 23*

Nas várias opiniões citadas para este último período pode sublinhar-se como consequências da emigração, por um lado, a "falta" de população e o envelhecimento demográfico, com repercussões negativas no desenvolvimento económico e social. Por outro, as vantagens que a emigração, ou emigrante, pode propiciar, referenciadas numa óptica financeira, mas também económica, neste caso como elemento dinamizador da actividade produtiva. Cremos ser, pois, de sublinhar o esforço de compreensão não só das causas mas também das consequências, designadamente a nível demográfico.

Tal como começámos - " a emigração... nem é absolutamente um mal nem absolutamente um bem. Pode ser um bem ou um mal, conforme as condições em que se efectua, as causas de que provem e os efeitos que produz". Há que conhecer tanto umas como outras nas suas diversas vertentes, nas quais se inclui a diversidade de entendimento da problemática populacional, bem visível na História do Pensamento Demográfico. E é com esta proposta que terminamos, sem concluir, esta pequena viagem ao redor do giro das nossas gentes.

---

## NOTAS

1 - Citado no Relatório apresentado á Junta Geral do Districto d'Angra do Heroísmo na Sessão Ordinaria de 1873 pelo Secretario Geral servindo de Governador Civil Gualdino Alfredo Lobo Gouvea Valiadares, Angra, Typ. do Governo Civil, 1873, p.23

2 - cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha, Dinâmica Populacional dos Açores no século XX- unidade.

permanência, diversidade, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991; "População, economia e sociedade micalense em finais do séc. XVIII: o mapa da população de João Leite Chaves e Mello Borba Gato" in Actas do II Colóquio - Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989 (em colaboração); "Emigração e População Açoriana" iii Arquipélago, Série Ciências Sociais, nº3e4, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1988/89; O envelhecimento nas ilhas - perspectivas de desenvolvimento económico e social, Pico, Associação de Defesa do Património, 1993; " A emigração na ilha do Faial nos finais do século XIX" in Actas do Colóquio - O Faial e a emigração Açoriana nos séculos XVa XJX, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995 "A Sociedade Açoriana - uma perspectiva quantitativa da sua evolução (1864-1940) in O Estudo da História, Revista nº1, Lisboa, Associação de Professores de História, 1996;" População e Desenvolvimento - tendências demográficas nos Açores" in Actas do Colóquio - Pensar os Açores Hoje, Ponta Delgada, Forum Açoriano/Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997;

"O impacto das migrações na população dos Açores na Segunda metade do século XX" in História das Ilhas Atlânticas - Actas do IV Colóquio Internacional de História do Atlântico, II vol., Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Governo Regional da Madeira, 1997; "Demografia Açoriana - actualidade e perspectiva" in População e Sociedade nº3, Porto, Centro de Estudos de População e Família, 1998

3 - Vicente Machado de Faria e Maia, Secretario Geral servindo de Governador Civil, "Relatório da Administração Districto de Ponta-Delgada", Ponta Delgada, Typographia de Manoel Corrêa Botelho, 1869, pp. 67, 68

4 - Conde da Praia da Victoria, Governador Civil, "Assumptos diversos - emigração", in Relatório da Junta Geral do Districto de Ponta Delgada em 1872, Ponta Delgada, Typ. da Chronica dos Açores, 1873, pp. 52, 53

5 - Visconde de Castilho, Governador Civil do Districto da Horta, Relatório apresentado á Junta Geral do mesmo Districto na Sessão Ordinária de 1877, Horta, Typographia Hortense, 1877, pp 8, 9

6 - Id. Ibid, p.10

7 - Gil Mont 'Alverne de Sequeira, "A emigração dos Açores" in Questões Açorianas, 2 edição, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994, pp. 89, 90

8 - Id. Ibid. p. 100

9 - Id. Ibid. p. 116

10 - Armando Narciso "Ensaio sobre a geografia humana nos Açores" in Livro do Primeiro Congresso Açoreano, p.142

11 - Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, "A emigração no distrito de Angra do Heroísmo, m Livro do Primeiro Congresso Açoreano, p.689

12 - Luis Silva Ribeiro, Jornal Correio dos Açores - Obras 111-Vária, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira/Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983, p.186

13 - José Bruno Carreiro, A autonomia administrativa dos distritos das ilhas adjacentes, 2 edição, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994, p.85

14 - Armando Cândido, O problema dos excedentes demográficos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1952 p.196

15 - Id. Ibid. pp. 133-135

16 - Id. Ibid. p. 205

17 - Emiliano Carneiro, "Sugestão para uma organização de uma estrutura permanente de apoio à cooperação inter-comunidades açorianas na perspectiva do desenvolvimento da agricultura" in 1 Congresso das Comunidades Açoriana sem 1978, Angra do Heroísmo, Direcção de Serviços de Emigração da Secretaria Regional de Assuntos Sociais, 1979, p.471

18 - Carlos Bedo" IO Anos de Autonomia Comunidades de Emigrantes" in II Congresso das Comunidades Açorianas em 1986, Angra do Heroísmo, Direcção de Serviços de Emigração da Secretaria Regional de Assuntos Sociais, 1986, pp. 372,373

19 - João Alpalhão e Vítor Pereira da Rosa, Da Emigração à Acluturação -Portugal Insular e Continental no Quebeque, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, 1983, p.296

20 - Id Ibid.,p.312

21Mário José Amaral Fortuna, "O impacto da emigração na economia açoriana", in II Congresso das Comunidades Açorianas em 1986. Angra do Heroísmo, Direcção de Serviços de Emigração da Secretaria Regional de Assuntos Sociais, 1986, pp. 424, 426

22 - Id. Ibid. p. 42

23 - José Manuel Rosa Nunes, "Os aspectos demográficos como factor do desenvolvimento regional insular" in 3º Congresso das Comunidades Açorianas e 1991, Angra do Heroísmo, Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades - Presidência do Governo, 1995, pp. 382-38